

# LEVANTAMENTO E MAPEAMENTO DE INICIATIVAS DE TURISMO EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO BRASIL

Survey and Mapping of Tourism Initiatives in Indigenous Territories in Brazil

SANDRA DALILA CORBARI<sup>1</sup> & MAYARA ROBERTA MARTINS<sup>2</sup>

## RESUMO

O turismo é importante atividade econômica para os povos indígenas, no entanto, faz-se mister compreender a magnitude e amplitude do mesmo, ao envolver povos indígenas no Brasil. Desse modo, o presente artigo tem por objetivo realizar um levantamento das práticas de turismo em Terras Indígenas, no País. O levantamento foi realizado em bancos de dados, utilizando princípios da técnica 'bola de neve', em sites oficiais, complementados com dados empíricos. Assim, foi possível realizar levantamento e mapeamento das práticas, representando importante esforço para o entendimento da dimensão do turismo indígena no Brasil, com potencial de contribuir para novas pesquisas, políticas públicas e articulações dos povos indígenas.

## PALAVRAS-CHAVE

Turismo; Turismo Indígena; Territórios Indígenas; Brasil.

## ABSTRACT

Tourism is an important economic activity for indigenous people; however, it is necessary to understand the magnitude and breadth of tourism involving indigenous peoples in Brazil. Thus, the present article has the objective of carrying out a survey of tourism practices in Indigenous lands in the country. The survey was carried out in databases, using 'snowball' technique, on official websites and supplemented with the researcher's empirical knowledge. Thus, it was possible to mapping the practices, representing an important effort to understand the dimension of indigenous tourism in Brazil, with the potential to contribute to new research, public policies, and articulations of indigenous peoples.

## KEYWORDS

Turismo; Indigenous Tourism; Indigenous Territory; Brazil.

---

<sup>1</sup> **Sandra Dalila Corbari** – Doutora. Professora Colaboradora, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, Paraná, Brasil. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/3532084949812042>. E-mail: [corbarisandra31@gmail.com](mailto:corbarisandra31@gmail.com)

<sup>2</sup> **Mayara Roberta Martins** – Doutora. Professora, Universidade Federal do Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Rio Grande do Sul, Brasil. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/7595667925679203>. E-mail: [mayara.martinsfurg@gmail.com](mailto:mayara.martinsfurg@gmail.com)

## **INTRODUÇÃO**

O turismo e sua cadeia produtiva configuram-se como importantes meios de subsistência econômica para os povos indígenas (Hutchison, Movono & Scheyvens 2020; Gomes, Santos & Marques, 2021). Assim, compreender a dinâmica do turismo no âmbito dessas comunidades se torna imprescindível. No Brasil, o turismo envolvendo povos indígenas ocorre tanto dentro de territórios demarcados [Terras Indígenas], quanto fora delas. Dado o potencial turístico das culturas e modos de vida indígenas e de seus territórios (Banducci Jr. & Urquiza, 2012; Held, 2013), diversos segmentos são desenvolvidos, como turismo étnico, ecoturismo, turismo de pesca e outros segmentos, cuja gestão pode ser de base comunitária. Assim, não é possível determinar um perfil único dessas iniciativas.

Durante muitas décadas, ocorreram debates e tratativas para a regulamentação do turismo em Terras Indígenas [TI], o que ocorreu em 2015, com a publicação da Instrução Normativa 03/2015, da Fundação Nacional dos Povos Indígenas [Funai]. A regulamentação promoveu boas práticas de planejamento e gestão do turismo e contribuiu para a formalização de iniciativas, transformando-as em produtos turísticos (Corbari & Storniolo, 2022). No entanto, diversas iniciativas são esporádicas e sem características formais, dificultando o conhecimento acerca da realidade do turismo envolvendo povos indígenas no País. Assim, tem-se como desafio: quantificar e qualificar as iniciativas de turismo envolvendo povos indígenas no Brasil, uma vez que não há um inventário ou outro tipo de levantamento sistematizado a respeito. É nesse sentido que o presente artigo apresenta sua maior importância.

Tendo como objetivo realizar levantamento das práticas de turismo em Terras Indígenas no País, foi realizada revisão sistemática, utilizando bancos de dados e princípios da estratégia de pesquisa 'bola de neve' (Biernacki & Waldorf, 1981; Wohlin, 2014). Foi realizada busca complementar em sites oficiais, somando-se com dados empíricos, devido à proximidade das pesquisadoras com a temática de estudos. Com isso, foi possível realizar um levantamento das práticas, representando um importante esforço para o entendimento da dimensão do turismo em Terras Indígenas no Brasil.

## **TURISMO INDÍGENA E TURISMO EM TERRAS INDÍGENAS**

Uma das formas de se expressar o fenômeno do Turismo envolvendo os povos indígenas é a que traz no seu âmago os ideais do turismo étnico, sendo abordado e explicado pela expressão

<turismo indígena>. O turismo indígena, enquanto forma de alteridade, está embasado no encontro com o *outro exótico*, em uma perspectiva importante para o campo da Antropologia, cujos primeiros estudos datam da década de 1970. O primeiro artigo que versou sobre a relação entre Turismo e Antropologia, data dos anos 1970 (Aspelin, 1977), sendo, inclusive, a primeira publicação científica sobre turismo e povos indígenas brasileiros.

Os estudos desenvolvidos primeiramente nas Ciências Sociais reforçaram a ideia da dialética entre etnicidade e turismo. Nos termos de Grunewald (2003), “se o exótico, o outro, é procurado em lugares distintos do de origem do visitante, os habitantes desses lugares, de acordo com a perspectiva turística, devem se promover como esse exótico, a fim de ser atrativo no mercado turístico” (p. 144). Assim se expressa o uso da atividade turística pelos indígenas, quase que em sua totalidade, evidenciando que essa prática e fenômeno vão ao encontro do que tem sido denominado como Turismo Étnico. O segmento se caracteriza pela atratividade que exercem as culturas, oportunizando uma discussão antropológica, ecológica e sociológica, que utiliza a identidade, tradição e costumes – e o exotismo - como principal atrativo turístico (Berghe & Keyes, 1984; González, 2008; Graburn, 2009; Corbari, 2015). A cultura é colocada na vitrine, havendo uma tentativa de que tal encontro seja uma experiência vista como autêntica. Mas, ao contrário do que alguns estudiosos pensam, os povos indígenas têm alta capacidade de compreensão de sua lógica e reinvenção de seus termos para apresentação na arena turística (Neves, 2016), sendo, então, uma ‘negociação’, nos termos da autenticidade construtivista (Zhu, 2012; Zhou et al., 2015).

Embora haja diversos elementos a serem problematizados, ao posicionar os indígenas como agentes – e não como objetos – do turismo, o Turismo Indígena pode representar uma forma de praticar um turismo mais reflexivo, ético e educativo (Pereiro, 2014), possível quando há planejamento pautado na autogestão e na autonomia das comunidades receptoras. Faria (2007) acrescenta que o Turismo Indígena “como o nome sugere, é o turismo desenvolvido em Terras Indígenas [TI] ou fora delas com base na identidade cultural e no controle da gestão pelo grupo/comunidade indígena envolvida” (p. 263). Assim, são as comunidades que decidem as ações e articulam outros agentes - embora não se possa afirmar que todos os casos de Turismo Étnico Indígena estejam alinhados à essa concepção.

Cabe destacar também que o sucesso da iniciativa turística não se garante apenas pelo assecuramento desses critérios, inclusive por forças externas à comunidade (Carr, Ruhanen &

Whitford, 2016). Ademais, esses autores elucidam que é possível que as organizações turísticas encontrem dificuldades, como isolamento geográfico, sucessão de gestão, desacordos internos, gestão dos valores culturais e expectativas de parceiros e visitantes. Finalmente, salienta-se que o Turismo Étnico Indígena, não raro, é relacionado ao ecoturismo. Assim, como mencionado por Baggio (2007), as TI são espaços com potencial ecoturístico, por conservarem as boas condições de seu patrimônio ambiental e cultural. Inobstante, é preciso elucidar que as cosmologias indígenas são estritamente relacionadas aos aspectos ecológicos, desde uma perspectiva não dualista, portanto, essa correlação carece de reflexão crítica sobre a dicotomia cultura e sociedade e o viés evolucionista e racista no qual pode estar ancorada.

Mas, se por um lado não está sempre relacionado ao ecoturismo, por outro, a concepção de Turismo Étnico compreende, indubitavelmente, um conceito territorial (Corbari, 2015). O Turismo Indígena é parte de um movimento social, de luta pelo reconhecimento das diferenças, mas também de controle da terra e do território (Pereiro, 2015). Portanto, falar de Turismo Indígena pressupõe uma dimensão territorial, que no Brasil se expressa na demarcação de Terras Indígenas – porções de terra que passaram pelo processo administrativo de demarcação e homologação, sendo registradas como propriedade da União, mas de usufruto indígena. Elas se subdividem em: (i) Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas, habitadas em caráter permanente; (ii) Reservas Indígenas [RI], doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, destinadas à posse permanente dos indígenas; (iii) Terras Dominiais, de propriedade das comunidades indígenas (Funai, s. d.).

No que tange ao potencial turístico dessas áreas, o Brasil se sobressai por ter uma grande sociobiodiversidade. Ainda que apenas cerca de 0,83% da população brasileira seja indígena (Cabral & Gomes, 2023) e que o país figure, dentre os países latino-americanos, como o de menor porcentagem de indígenas em comparação ao total de habitantes (IBGE, 2010); em relação à diversidade étnica, o país abriga 305 etnias indígenas, distribuídas em todo o território. Held (2013) ressalta ser “evidente que o turismo em TIs exerce forte fascínio em considerável parcela de turistas. Por esta razão, a cada dia que passa se percebe o substancial aumento de pessoas dentro de Terras Indígenas [...], que pode ser desde caravanas com crianças das escolas das redondezas até pescadores ilegais” (p. 69).

Em meio ao debate ambiental e da diversidade, seus territórios têm, por suas singularidades culturais e grau de preservação dos ecossistemas, atraindo a atenção de empreendimentos

turísticos, em busca contínua por roteiros alternativos e ‘exóticos’ (Banducci Jr. & Urquiza, 2012). Porém, há que se destacar que, além das isoladas, muitas outras comunidades indígenas se encontram impossibilitadas de desenvolver o turismo, por estarem em situação socialmente vulneráveis ou envolvidas em conflitos socioambientais; por conta da precariedade ou falta de infraestrutura e serviços básicos; por dificuldades de relacionamento; e outros motivos, como os mencionados por Gasparinetti e Ozorio (2019).

Aliás, é necessário considerar também o fato de que algumas comunidades não desejam desenvolver o turismo. Essa atividade econômica deve ser vista como uma forma de diversificação de renda e não de especialização. Ela pode ser um meio importante de obtenção de renda, mas não é o único possível, tampouco é o mais importante e, como ressalta Cañada (2012) e, muito menos, uma opção para todos. Faz-se mister incorporar ao debate outra questão: há casos de turismo que ocorrem dentro dessas áreas que não tem como foco a interação com as comunidades. Aqui, então, há dois pontos a se destacar: (i) o turismo em Terras Indígenas pode não ser o turismo étnico; e (ii) o Turismo Indígena [étnico] pode ser desenvolvido fora das TI. Um exemplo é o relatado por Braida (2017), sobre a aldeia fictícia Puiwa Poho, localizada em um estabelecimento privado de Feliz Natal [MT], onde trabalham indígenas Trumai e Waurá.

Por outro lado, conforme já destacado, há casos no Brasil em que o turismo [legal ou ilegal] que acontecia/acontece em territórios indígenas não tem relação com o Turismo Étnico ou mesmo não promove qualquer envolvimento com as culturas locais. Esse é o caso das inúmeras iniciativas de turismo de pesca esportiva na região Centro-Oeste e Norte, como os citados por Gasparinetti e Ozorio (2019) e Goulart (2020). Sobre isso, Banducci Jr. e Urquiza (2012) destacam as inúmeras experiências em curso antes da normatização, algumas consentidas e planejadas e outras, clandestinas “nas quais os atrativos localizados em territórios indígenas são comumente acessados sem o consentimento de sua população” (p. 4). Foi o caso do Parque Nacional do Pico da Neblina, em Santa Isabel do Rio Negro [AM], que está em sobreposição com a TI Yanomami e permaneceu fechado para visitas por mais de dez anos, tendo como motivo principal as práticas ilegais de turismo (Goulart, 2020); além de outras práticas ilegais ou desreguladas de turismo de pesca (Gasparinetti & Ozorio, 2019).

Também se destaca o que acontecia na aldeia urbana Marçal de Souza [Campo Grande] e na RI Dourados [Dourados], ambas no Mato Grosso do Sul, onde “grupos indígenas foram

gradativamente inseridos ao circuito turístico do estado, de forma involuntária e marginal, sem um preparo técnico e acompanhamento por parte de programas e agentes governamentais ligados à área de turismo ou da cultural” (Banducci Jr. & Urquiza, 2012, p. 7). Além de invasão a TI para visitação a atrativos naturais, como no caso da TI Kadiweu [Serra da Bodoquena, MS] e casos de abuso trabalhista em comunidades da zona rural de Manaus (Souza, 2013). Maldonado (2005) expõe que, ainda que a vinculação das comunidades indígenas ao mercado internacional date de algumas décadas, verifica-se uma intensificação e ampliação da escala das operações turísticas em territórios indígenas, assim como a ampliação dos impactos, dos quais muitos têm caráter irreversível. Com base nessa problemática, a legislação indigenista tem sua contribuição na tentativa de regular as atividades ilegais.

## **TURISMO EM TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL**

No Brasil, a prática de Turismo em Terras Indígenas vem ocorrendo, pelo menos, desde a década de 1970 (Oliveira, 2021), mas que vem se tornando uma realidade cada vez mais presente nas comunidades. Não se limitando à dimensão econômica, a renda gerada com o turismo, além de contribuir com o incremento financeiro familiar e coletivo, possibilita uma série de investimentos, como ações de monitoramento e fiscalização territorial e provimento de infraestrutura básica. Porém, em comparação a outros países, onde o Turismo Indígena já se consolidou, no Brasil existem particularidades que tornam o País ímpar em relação à realização e à normatização do turismo nesses territórios, incluindo aspectos como legislação indigenista, histórico de proteção pelo Estado, territorialidade e características das organizações sociais dessas comunidades tradicionais, que se articulam coletivamente.

Embora as ações e as iniciativas de turismo envolvendo povos indígenas não sejam recentes (Oliveira, 2021), foi a partir de 2006 que as discussões puderam avançar (Held, 2013; Rosa, Rosa & Nassar, 2020). Assim, há um caminho histórico que culminou na Instrução Normativa 003/2015, que regulamentou a atividade turística em TI, estabelecendo normas e diretrizes (Funai, 2015) respaldadas por documentos e políticas públicas anteriores, como: (i) Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho [OIT] (Decreto n. 5.051/2004); (ii) Constituição Federal de 1988; (iii) Lei nº 12.593/2012, que instituiu o Plano Plurianual [PPA] 2012-2015, que tinha como meta a regulamentação do ecoturismo/etnoturismo em TI [Lei n. 12.593/2012]; e

(iv) Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas [PNGati] [Decreto n. 7.747/2012].

Com base nos ideais de autogestão, autodeterminação e autocontrole, o turismo em TI passou a ser parte das políticas públicas brasileiras. A partir disso, em 2015 foi emitida a permissão temporária para iniciativas-piloto de pesca esportiva na TI Médio Rio Negro I, na TI Tenharim/Marmelos [AM] e na TI Mekragnoti [PA]. Até 2019, a Funai havia implementado quatorze planos de visitação, no entanto, com o advento da pandemia da Covid-19, as anuências que estavam em vigência foram suspensas e, até setembro de 2021, não haviam sido liberadas (Corbari & Storniolo, 2022). Não obstante, há diversas iniciativas que são desenvolvidas sem terem passado pelo processo de elaboração de plano de visitação e anuência da Funai. Durante o 1º Seminário Nacional Povos Indígenas: Etnodesenvolvimento e Sustentabilidade foi destacado que não há suporte técnico para a elaboração dos planos, que são burocráticos e técnicos e, por essa razão, algumas comunidades ainda não haviam iniciado o processo (Corbari & Storniolo, 2022). Desse modo, conhecer a realidade do turismo envolvendo povos indígenas se apresenta como um desafio, inclusive porque não há uma base ampla e sistematizada a respeito do tema, o que pode prejudicar o desenvolvimento de políticas públicas relativas.

656

## **METODOLOGIA**

Tendo como objetivo geral realizar um levantamento das práticas de Turismo em Terras Indígenas no Brasil, a presente pesquisa tem caráter misto, pois, embora tenha sido gerada a partir de um objetivo qualitativo, o aspecto quantitativo se evidencia nos dados.

Para concepção, foi realizada uma pesquisa em bancos de dados, no período de junho a agosto de 2021. Primeiramente, utilizaram-se como base as revistas científicas cadastradas na plataforma Publicações em Turismo. Nas páginas eletrônicas dos periódicos foi realizada a busca pelos termos <índigena> e sua tradução em inglês <indigenous>. Adicionalmente, realizaram-se buscas no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [Capes] e na plataforma Google Acadêmico, utilizando a palavra-chave composta <turismo indígena>. A partir dos resultados, foi realizada a leitura dos títulos, excluindo as pesquisas que não se enquadravam no escopo. Após, os resultados das buscas foram comparados para excluir repetições.

Em seguida, foi realizada a leitura dos documentos, a fim de coletar as informações. Nessa etapa, outros materiais foram excluídos por não estarem no escopo da pesquisa, como as publicações que abordavam o tema apenas pela perspectiva teórica e os estudos que não apresentavam iniciativas de turismo desenvolvidas em territórios indígenas. Após a constituição de um *corpus* inicial, foi realizado um esforço adicional, utilizando princípios da estratégia de amostragem por ‘bola de neve’ ou cadeia de referência (Biernacki & Waldorf, 1981; Wohlin, 2014). Esse método refere-se ao uso da lista de referências de uma obra ou as citações da obra para identificar materiais adicionais para compor os dados (Wohlin, 2014). Assim, foi realizado um levantamento das referências utilizadas nos materiais que constituíram o *corpus* inicial e das suas citações, realizando um levantamento temporal ‘para trás’ e ‘para frente’. Esses documentos foram analisados por seus títulos e os que se enquadravam no escopo e não se repetiam com os resultados do *corpus* inicial, foram incorporados à pesquisa. O uso da cadeia de referências oportuniza a inclusão de materiais não identificados na consulta inicial, como a literatura cinza, ampliando consideravelmente o alcance das revisões sistemáticas de literatura (Wohlin, 2014). Desse modo, entende-se que a adoção dessa técnica corroborou para uma varredura mais eficaz sobre o tema aqui analisado.

Em relação à literatura cinza, Botelho e Oliveira (2015) explica sua diferença em relação à literatura branca. Essa é constituída por documentos convencionais ou formais, tratados, com controle bibliográfico, de fácil identificação, divulgação e obtenção, produzidos dentro dos circuitos formais ou comerciais [artigos científicos publicados em periódicos, livros ou capítulos de livro publicados em editoras]. Já a literatura cinza é constituída por documentos não transmitidos pelos circuitos convencionais de comunicação e de edição e que têm circulação restrita. Engloba teses, dissertações, monografias, artigos publicados em anais de eventos, documentos técnicos e outras publicações não convencionais.

Ainda, para aprimoramento da base de dados, foram consultadas as páginas oficiais da Funai, Conselho Indigenista Missionário [Cimi] e Instituto Socioambiental [ISA], assim como foi utilizado como recurso analítico a expertise das pesquisadoras, no sentido de incorporar iniciativas existentes, mas que não foram encontradas na pesquisa. Foram levantadas as informações referentes ao território onde a prática acontece; o município e estado onde se localiza; e as etnias mencionadas nos estudos, ou seja, apenas as etnias que estão à frente das



iniciativas. Quando o mesmo caso foi relatado tanto em publicações da literatura branca quanto da literatura cinza, foi utilizada apenas a literatura branca.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Constatou-se uma diversidade de iniciativas, com destaque para algumas que vêm sendo estudadas há mais tempo ou por um número maior de pesquisadores. Elas não são necessariamente as mais consolidadas, embora seja verdade para iniciativas como as do povo Pataxó da Bahia, na TI Coroa Vermelha, na Reserva da Jaqueira e na Aldeia Velha, estudadas por Rocha Jr. (1990), Grünewald (1999; 2001; 2015), Oliveira e Mesquita Filho (2009), Neves (2011; 2016; 2017; 2021), Vieira e Faxina (2011), Chaves (2015) e Neves, Leme e Santos (2019). Destacam-se também os estudos sobre a RI de Dourados (Oliveira & Jesus, 2015; Banducci Jr. & Urquiza, 2012), embora essa não seja uma iniciativa organizada e consolidada. Outros territórios estudados por vários autores são as TI roraimenses Raposa Serra do Sol (Nogueira & Falcão, 2011; Nogueira, Costa-Neto & Silva, 2013; Cavalcante, 2013) e São Marcos (Brandão, Barbieri & Reyes-Junior, 2013; Brandão, Barbieri, Reyer-Junior & João, 2014; Brandão, Barbieri & João, 2015; Marquez & Falcão, 2021).

Ainda se destacam, em volume de publicações, as iniciativas desenvolvidas em Manaus, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável [RDS]<sup>i</sup> do Tupé (Souza, 2013; Fortunato, 2011; Neves, Leme & Santos, 2019; Dias & Cruz, 2020); na comunidade Nova Esperança/RDS Puranga Conquista (Souza, 2013; Porto & Proença, 2019; Dias & Cruz, 2020); e com os Sateré-Gavião (Souza, 2013). Ademais, têm-se os estudos sobre a presença indígena, como dos Caniço-Rouxinol, na área urbana de Manaus (Souza, 2013). Acrescentam-se as comunidades localizadas na Região Metropolitana de Manaus, como a aldeia Sahu-Ape (Santos, 2015; Santos, Carvalho & Tricário, 2019; Santos, Carvalho & Anjos, 2021) e a comunidade multiétnica Beija-Flor (Novo, Cruz & Costa Filho, 2010). Esses dados demonstram que Manaus é um polo de Turismo Indígena, com diversidade étnica e de possibilidades de experiências.

Além dessas, há estudos indicando iniciativas de Turismo Indígena nas cinco macrorregiões brasileiras. No Centro-Oeste [Quadro 1], verificou-se a incidência de turismo nas TI Utiariti (Castravechi & Pereira, 2018; Neves, Leme & Santos, 2019; Gasparinetti & Ozorio, 2019), Rio Formoso, Tirecatinga, Pimenta Barbosa, Escondido, Apiaká do Pontal e Isolados (Gasparinetti & Ozorio, 2019), Peuzal do Naruvôtu (Gasparinetti & Ozorio; Corbari & Storniolo, 2022), Araunã II

(Silva, Lima & Nazareno, 2019), além do Parque Indígena<sup>ii</sup> do Xingu - incluindo a adjacente Puiwa Poho (Chaves, 2012; 2015; Braida, 2017). No Mato Grosso do Sul, além da RI Dourados, foram identificadas iniciativas na RI Kadiweu (Jesus & Wenceslau, 2011) e na aldeia urbana Marçal de Souza (Lacerda, 2004; Banducci Jr. & Urquiza, 2012; Neves, Leme & Souza, 2019). Em Goiás, na TI Karajá do Aruanã I e III (Lima, 2015; Silva, Lima & Nazareno, 2019).

**Quadro 1. Iniciativas de turismo em territórios indígenas do Centro-Oeste**

UF	Município	Território	Etnia
GO	Aruanã	TI Karajá do Aruanã I e III	Karajá
MT	Apiacás	TI Apiaká do Pontal e Isolados/Aldeia Matrinxã	Apiaká e Munduruku
		TI Kayabi	Apiaká, Kawaiwete, Munduruku
	Campo Novo dos Parecis e Sapezal	TI Utiariti/Aldeias Quatro Cachoeiras, Wazare, Utiariti	Paresí
	Canarana e Gaúcha do Norte	TI Pequiza do Naruvôtu	Kalapalo, Naruvôtu
	Canarana e Ribeirão Cascalheira	TI Pimenta Barbosa/Aldeia Etenhiritipá	Xavante
	Cocalinho	TI Aruanã II	Karajá
	Cotriguaçu	TI Escondido	Rikbaktsa
	Feliz Natal	Parque Indígena do Xingu/Aldeia Morená	Kamayurá
		Parque Indígena do Xingu/Aldeia Arayo	Ikpeng
		Anexo ao Parque Indígena do Xingu/ Aldeia Puiwa Poho	Waurá e Trumai
	Querência	Parque Indígena do Xingu/Aldeia Ilha Grande	Kawaiwete
Sapezal	TI Tirecatina	Nambikwara, Terena, Manoky, Paresí	
Tangará da Serra	TI Rio Formoso	Paresí	
MS	Campo Grande	Aldeia Marçal de Souza	Terena, Guarani Kaiowa
	Dourados	RI Dourados	Terena, Guarani Nandeva, Guarani Kaiowá
	Porto Murtinho	RI Kadiweu	Kadiweu, Kinikinawa, Terena

**Fonte:** Elaboração própria, com base nos dados de pesquisa (2023).

Na região Norte [Quadro 2], além das iniciativas já mencionadas, relata-se a prática do turismo nas TI Rio Gregório (Lima & Coriolano, 2015; Honorato & Saraiva, 2019; Morais, 2021), Colônia Vinte e Sete, Baixo Rio Envira, Nukini, Puyanawa (Morais, 2021), Katukina/Kaxinawa (Morais, 2021) e Baixo Rio Jordão (Castor, 2012), no Acre. No Amazonas, citam-se as TI Nove de Janeiro

(Schneider & Alvarenga, 2015), Jaquiri (Rosa, Rosa & Nassar, 2020), Yanomami (Goulart, 2020), Tenharim/Marmelos (Corbari & Storniolo, 2022), Médio Rio Negro I e II (Funai, 2019), Uneuixi e Jurubaxi-Téa (Gasparinetti & Ozorio, 2019). Cabe listar ainda as TI Las Casas (Silva, 2015), Mekragnoti (Corbari & Storniolo, 2022) e Kayabi (Funai, 2019), no Pará. Em Rondônia, estudos indicam ocorrer turismo nas TI Rio Guaporé, Pacaás Novas (Held, 2013) e Sete de Setembro (Schneider & Alvarenga, 2015). No Tocantins, destaca-se a afluência de turistas nas TI Krahô Itacajá (Oliveira, 2007) e Inãwébohona (CIMI, 2005).

**Quadro 2. Iniciativas de turismo em territórios indígenas do Norte**

UF	Município	Território	Etnia
AC	Feijó	TI Katukina/Kaxinawa/ Aldeia Shane Kaya, Morada Nova	Shanenawa
		TI do Baixo Rio Envira/Aldeias São Francisco, Paredão	Huni Kuin, Shanenawa
	Jordão	TI Kaxinawa do Baixo Rio Jordão/Aldeia São Joaquim	Huni Kuin
	Mâncio Lima	TI Nukini/Aldeia Recanto Verde	Nukini
		TI Puyanawa/Aldeia do Barão	Puyanawa
	Tarauacá	TI do Rio Gregório/Aldeia Mutum, Nova Esperança e Sagrada	Yawanawá
		TI Colônia 27/Aldeia Pinuya	Huni Kuin
	Irاندuba	Aldeia Sahu-Ape	Satere-Mawe
	Humaita	TI Nove de Janeiro	Parintintin
	Humaita e Manicoré	TI Tenharim-Marmelos	Tenharim
AM	Manaus	RDS do Tupé/Aldeia Tuyuka e Núcleo Diakuru	Desana, Tukano, Tuyuca, Wanana, Tatuia
		Aldeia l'nhã-bé	Satere-Mawe
		Comunidade Sateré-Gavião	Satere-Mawe
		Comunidade Caniço-Rouxinol	Tukano, Barasana, Tuyuca, Tariana, Piratapuya
		RDS Puranga Conquista/Cipiá, Tatuyo e Nova Esperança	Baré
	Rio Preto da Eva	Comunidade Beija-Flor	Tuyuka, Baré, Marubo, Desana, Tariana, Satere-Mawe, Tukano, Arara, Mura
	São Gabriel da Cachoeira	TI Yanomami	Yanomami
São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro	TI Medio Rio Negro II	Baré, Baniwa, Piratapuya, Desana, Tukano, Tariana, Dow, Kuyawí	

	São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Japurá	TI Médio Rio Negro I	Baré, Baniwa, Piratapuya, Desana, Tukano, Tariana, Dow, Kuyawí
	Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos	TI Jurubaxi-Téa	Arapaso, Baniwa, Baré, Dow, Desana, Koripako, Piratapuya, Tariana, Ticuna, Tukano
	Santa Isabel do Rio Negro e Japurá	TI Uneuixi	Nadeb
	Uarini	TI Jaquiri	Kambeba
PA	Altamira e São Felix do Xingu	TI Menkragnoti	Kayapó
	Jacareacanga	TI Kayabi	Apiaká, Kawaiwete, Munduruku
	Redenção	TI Las Casas	Mebêngôkrê-Kayapó
RO	Cacoal	TI Sete de Setembro	Paiter-Suruí
	Guajará-Mirim	TI Rio Guaporé	Wajuru, Aricapú, Aruá, Aruak, Cabixi, Canoé, Cujubim, Jaboti (Djoromixi), Makurap, Massaká, Oro At, Oro Nao, Oro Waran Xijein, Tupari <sup>iii</sup>
		TI Pacaás Novas	Oro Nao, Oro Mom, Oro Eo, Oro Waran, Oro At, Oro Waran Xinjein, Oro Win, Paiter-Suruí, Makurap
RR	Pacaraima	TI São Marcos/Aldeias Bananal, Nova Esperança e Boca da Mata	Macuxi, Taurepang, Wapixana
	Uiramutá	TI Raposa Serra do Sol	Macuxi, Wapixana, Patamona, Ingarikó, Taurepang, Sapará, Akawaio, Yanomami
TO	Itacajá	TI Krahô Itacajá/Aldeias Manoel Alves, Santa Cruz, Pedra Branca, Cachoeira e Kapey	Krahô
	Lagoa da Confusão e Pium	TI Inãwébohona/Aldeia Boto Velho	Avá-Canoeiro, Karaja, Javaé

**Fonte:** Elaboração própria, com base nos dados de pesquisa (2023).

Na região Nordeste [Quadro 3], tem-se as iniciativas na TI Potiguara (Cândido, Vanzella & Brambilla, 2016) e na aldeia Potiguara Tramataíia (Barbosa & Silva, 2012), na Paraíba. Também, nas TI Lagoa Encantada (Lustosa, 2011; Lustosa & Almeida, 2011), Barra do Mundaú (Lustosa, 2011; Lustosa & Almeida, 2011), Tremembé de Almofala (Gomes, Santos & Marques, 2021) e TI Pitaguary (Sousa & Amorim, 2022), no Ceará. Ainda, citam-se as Aldeias Eleotérios do Catu (Chagas, Marques Jr. & Silva, 2019; Felix *et al.*, 2020), Sagi-Trambanda (Felix *et al.*, 2020) e a TI Xukuru (Santos, 2019), no Rio Grande do Norte. Na Bahia, foram levantadas outras iniciativas Pataxó, nas aldeias Pé do Monte (Oliveira & Mesquita Filho, 2009; Oliveira, 2011) e Imbiriba (CIMI, 2005). Além disso, os Tupinambás de Olivença também atuam no turismo (Ramos, 2008).

**Quadro 3. Iniciativas de turismo em territórios indígenas do Nordeste**

UF	Município	Território	Etnia
BA	Ilhéus	TI Tupinambá de Olivença	Tupinambá
	Porto Seguro	Aldeia Velha	Pataxó
		Aldeia Pé do Monte	Pataxó
	Santa Cruz Cabrália	TI Coroa Vermelha/Reserva Pataxó da Jaqueira	Pataxó
Trancoso	Aldeia Imbiriba	Pataxó	
CE	Aquiraz	TI Lagoa Encantada	Jenipapo-Kanindé
	Itapipoca	TI Tremembé do Mundaú/Aldeias Buriti e Sítio São José	Tremembé
	Itarema	TI Tremembé de Almofala	Tremembé
	Maracanaú e Pacatuba	TI Pitaguary/Aldeia Santo Antônio de Pitaguary	Pitaguary
PB	Baía da Traição	TI Potiguara/Aldeia São Francisco	Potiguara
	Marcação	Aldeia Potiguara Tramataíia	Potiguara
RN	Baía Formosa	TI Sagi-Trabanda	Potiguara
	Canguaretama e Goianinha	Aldeia Eleotérios do Catú	Potiguara
	Pesqueira	TI Xukuru	Xukuru

**Fonte:** Elaboração própria, com base nos dados de pesquisa (2023).

No Sudeste [Quadro 4] foram levantadas iniciativas nas aldeias Boa Vista (Neves, Leme & Santos, 2019), Rio Silveira (Neves, Leme & Santos, 2019) e Itaoca-Tupi (Mendonça *et al.*, 2017), além das TI Teñonde-Porã (Teñonde-Porã, 2018), Piaçaguera (Neves, Leme & Santos, 2019; Mateus & Rabinovici, 2016) e Guarani do Aguapeú (Zanusso, 2019), no estado de São Paulo. No Rio de Janeiro, são citadas as aldeias Araponga (Beares & Cabral, 2008), Paraty Mirim (CIMI, 2005) e Sapukai (Mendonça *et al.*, 2017; Mendonça *et al.*, 2021). No Espírito Santo, o turismo ocorre na Aldeia Piraquê-Açu (Gasperazzo, 2017) e em Minas Gerais na Fazenda Guarani, habitada pelos Pataxós (Deus & Silva, 2015).

O Sul é a região com menor número de iniciativas [Quadro 4]. No Paraná, foram mencionadas visitas na TI Ilha da Cotonga (Neves, Leme & Santos, 2019), Kuaray Guata Porã (Tembiapo, s. d.), Manguerinha (Baggio, 2007), Rio d'Areia, Rio das Cobras (Tembiapo, s. d.), além da RI Ocoy (Corbari, Bahl & Souza, 2016; Tembiapo, s. d.). No Rio Grande do Sul, têm-se o caso das TI Iraí (Lac, 2005; 2007; Held, 2013), Nonoai (Lac, 2005), da Reserva Inhacapetum (Marcon, 2007) e da aldeia Pará Okê (Oliveira, Adomilli & Tempass, 2019). E em Santa Catarina, as TI Xapecó (Savoldi, 2014; Held, 2013), Toldo Chimbangue (Held, 2013) e Ibirama (Langdon & Wiik, 2003).

**Quadro 4. Iniciativas de turismo em territórios indígenas do Sudeste e do Sul**

UF	Município	Território	Etnia
ES	Aracruz	Aldeia Piraquê-Açu	Guarani Kaiowá e Mbya
MG	Carmésia	Fazenda Guarani	Pataxó
RJ	Angra dos Reis	Aldeia Sapukai	Guarani Mbya
	Paraty	Aldeia Araponga	Guarani Mbya
		Aldeia Paraty Mirim	Guarani Mbya
SP	Bertioga	TI Rio Silveira	Tupi-Guarani
	Mongaguá	TI Itaoca	Guarani Mbya, Tupi-Guarani
		TI Guarani do Aguapeú	
	Mongaguá, São Bernardo do Campo e São Vicente	TI Teñonde Porã	Guarani Mbya
	Peruibe e Itanhaém	TI Piaçaguera/Aldeia Tabaçu Reko Ypy	Tupi-Guarani e Guarani Ñandeva
Ubatuba	Aldeia Boa Vista	Guarani Mbya, Tupi-Guarani	
PR	Guaraqueçaba	TI Kuaray Guata Porã	Guarani Mbya
	Inácio Martins	TI/Aldeia Rio d'Areia	Guarani Mbya
	Mangueirinha	TI Mangueirinha	Kaingang
	Nova Laranjeiras	TI Rio das Cobras/Aldeia Tapixi	Guarani Mbya
	Paranaguá	TI Ilha da Cotinga	Guarani Mbya
	São Miguel do Iguazu	RI Ocoy	Guarani Ñandeva
RS	Domingos Petrolina	Aldeia Pará Okê	Guarani Mbya
	Gramado dos Loureiros, Nonoai, Planalto, Rio dos Índios	TI Nonoai	Guarani Mbya, Guarani Ñandeva, Kaingang
	Iraí	TI Iraí	Kaingang
	São Miguel das Missões	RI Inhacapetum	Guarani Mbya
SC	Chapecó	TI Toldo Chimbangue	Kaingang
	Ibirama	TI Ibirama	Laklanõ (Xokleng)
	Ipuacu e Entre Rios	TI Xapecó	Kaingang

**Fonte:** Elaboração própria, com base nos dados de pesquisa (2023).

Tendo como base os dados levantados na pesquisa, foi elaborado um mapa, de modo à geoespacializar as iniciativas [Mapa 1]. Como consta no mapa, as iniciativas estão distribuídas em todo o território nacional, com maior concentração na região Norte do país. As iniciativas englobam 87 territórios [entre Terras Indígenas ou aldeias não homologadas]. Apenas nos

estados de Alagoas, Maranhão, Pernambuco, Piauí e Sergipe e Distrito Federal, não foram identificadas iniciativas no levantamento, não significando a inexistência de práticas turísticas.

**Mapa 1. Iniciativas de Turismo em Territórios Indígenas no Brasil**



**Fonte:** Elaboração própria, com base nos dados de pesquisa (2023).

A partir dos dados levantados, também foi possível verificar que as iniciativas envolvem, ao menos, 99 etnias em todo o Brasil, o que corresponde a quase um terço (32,5%) do número total de etnias indígenas do país [305] (IBGE, 2010). O número exato de etnias envolvidas no turismo nesses territórios ou em outros que, porventura, não foram identificados na pesquisa, é incerto, porém, dado o aprofundamento do levantamento, entende-se que a maior parte das iniciativas foram identificadas, especialmente em se tratando das estruturadas e caracterizadas como produtos turísticos. Além disso, os dados aqui apresentados demonstram a relevância dessa atividade econômica para os povos indígenas no Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo envolvendo povos indígenas, no Brasil, apresenta um perfil heterogêneo, contando com ampla diversidade de iniciativas e de oferta turística, englobando turismo étnico, ecoturismo, turismo de pesca e outros segmentos<sup>iv</sup>. Há casos de aldeias ou espaços criados para recepção de visitantes, como a aldeia Wasaré e a Reserva da Jaqueira, demonstrando a adaptabilidade dos povos indígenas para personalizar a experiência para satisfazer as necessidades dos turistas sem que se perca a noção de ‘autenticidade’, ou seja, a autenticidade é personalizada (Wang, 2007).

Concomitantemente, conhecer os tipos de organização social existentes pode auxiliar no levantamento de práticas de base comunitária no país. Sobre isso, embora os povos indígenas tenham um modo de vida comunitário, com decisões coletivas e que o território e os recursos sejam de uso comum (Ostrom, 2005), não é possível caracterizar todas as práticas turísticas como de base comunitária. Em adição, há diferentes níveis de estruturação e amadurecimento das iniciativas. Algumas das experiências levantadas possuem planos de visitação aprovados pela Funai e têm um histórico de décadas, demonstrando serem ‘sustentáveis’. Por outro lado, boa parte das visitas são esporádicas [como eventos culturais e espirituais], ou mesmo pouco planejada, incitando a reflexão sobre o que é um produto turístico e quais iniciativas assim se enquadram.

Longe de esgotar o tema, os elementos acima citados demonstram a dificuldade e complexidade envolvidas no levantamento e na caracterização do turismo envolvendo povos indígenas. Diante disso, espera-se que esse manuscrito contribua para o desenvolvimento de pesquisas sólidas sobre a relação dos povos indígenas com o turismo. Além disso, o levantamento e a sistematização de dados contribuem para tomada de decisão por parte de agentes públicos e das comunidades indígenas e suas organizações. Finalmente, verificou-se que o número de iniciativas de turismo em territórios indígenas, no Brasil é amplo, podendo ser ainda maior do que o apresentado neste artigo. No entanto, ressalta-se que o levantamento realizado pode ser aperfeiçoado por meio de diferentes estratégias. Ademais, seria importante validar os dados, pois algumas informações podem estar desatualizadas e outras podem ser incorporadas.

Embora não seja possível afirmar qual a abrangência real do levantamento realizado, dada a heterogeneidade das iniciativas existentes, muitas das quais não parecem se caracterizar como



um produto turístico, mas eventos isolados ou esporádicos, além da ausência de relatos em materiais científicos e técnicos. Assim, considera-se pertinente a realização de amplo e aprofundado inventário turístico em todas as TI [excetuando os povos isolados]. Essa ação poderia ser promovida de forma conjunta entre a Funai, o Ministério dos Povos Indígenas [criado em 2023], o MTur e o Instituto Chico Mendes de Conservação da biodiversidade [ICMBio] – quando em caso de sobreposição com Unidades de Conservação –, e com apoio de instituições de ensino superior e outras organizações interessadas.

Também, se sugere a análise do Processo Administrativo 08620000668/2006 [Funai], que trata do recorrido histórico, desde 2006, até a regulamentação do turismo em TI. Outra ação que poderia corroborar para o inventário é a realização de pesquisa hemerográfica, uma vez que jornais de circulação local ou regional podem apresentar informações que não estão disponíveis nos meios consultados. Em adição, entende-se que o uso de levantamento de publicações/divulgações de visitas, em redes sociais, somaria esforços.

## REFERÊNCIAS

- Almeida, M., & Lustosa, I. (2011). Os territórios emergentes de turismo e as redes de turismo comunitário: o caso da Terra Indígena ‘Lagoa Encantada’ do povo Jenipapo-Kanindé, Ceará, Brasil. *Pasos*, 9(3), 95-104. [Link](#)
- Aspelin, P. (1977). The anthropological analysis of tourism: indirect tourism and political economy in the case of the Mamainde of Mato Grosso, Brazil. *Annals of Tourism Research*, 4(3), 135-160. [Link](#)
- Baggio, A. (2007). *Ecoturismo: alternativa sustentável de valorização do patrimônio natural e cultural da Terra Indígena Mangueirinha, PR*. Dissertação, Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil. [Link](#)
- Banducci, A. J., & Urquiza, A. H. A. (2012). Povos indígenas e o turismo em Mato Grosso do Sul: descaso e improviso. *Cadernos do LEME*, 4(2), 1-22. [Link](#)
- Barbosa, I., & Silva, C. (2012). Ecoturismo e etnoturismo na aldeia de Tramataia. Área de proteção ambiental da barra de Mamanguape-PB: Uma nova alternativa econômica sustentável ou mais um fator gerador de conflitos sócio-ambientais? *Revista Âmbito Jurídico*, 15(98).
- Beares, L. & Cabral, S. (2008). Percepção da hospitalidade na visitação turística de comunidades isoladas na região de Paraty: guaranis, caiçaras e quilombolas. *RBTur*, 2(3), 19-40. [Link](#)

Corbari, S. D., & Martins, M. R. (2023). Levantamento e mapeamento de iniciativas de turismo em territórios indígenas no Brasil. *Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 15(3), 650-674. <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v15i3p650>

- Berghe, P. van den & Keyes, C. F. (1984). Introductions: tourism and re-created ethnicity. *Annals of Tourism Research*, 11, 343-52. [Link](#)
- Biernacki, P. & Waldorf, D. (1981). Snowball sampling: problems and Techniques of Chain referral sampling. *Sociological Methods & Research*, 10(2), 141-163. [Link](#)
- Botelho, R. G. & Oliveira, C. C. (2015). Literaturas branca e cinzenta: uma revisão conceitual. *Ci. Inf.*, 44(3), 501-513. [Link](#)
- Braida, R. (2017). O turismo como prática social em território indígena: a aldeia turística Puiwa Poho (Feliz Natal, Mato Grosso, Brasil). *Turismo: Estudos & Práticas*, 6(1), 69-87. [Link](#)
- Brandão, C., Barbieri, J. C., & Reyes Jr., E. (2013). Desenvolvimento sustentável e turismo indígena: uma análise das oportunidades e limitações do turismo nas comunidades indígenas da Reserva São Marcos (RR). *RBcotur*, 6(1), 211-232. [Link](#)
- Brandão, C., Barbieri, J., Reyes Jr., E., & João, C. (2014). Análise da produção científica internacional sobre turismo indígena de 1990 a 2013: um estudo bibliométrico e proposição de uma agenda de pesquisa. *Pasos*, 12(4), 673-684. [Link](#)
- Brandão, C., Barbieri, J., & João, C. (2015). O Turismo Indígena e sua Influência no desenvolvimento local sustentável: um estudo na Reserva Indígena São Marcos - Roraima. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 8(3), 3-17. [Link](#)
- Bunten, A., & Graburn, N. (2018). Current themes in Indigenous Tourism. In: *Indigenous Tourism Movements*, University of Toronto Press.
- Cabral, U., & Gomes, I. (2023). Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade deles vive na Amazônia Legal. *Agência IBGE Notícias*. [Link](#)
- Cañada, E. (2012). Perspectivas del turismo comunitario: como mantener vivas las comunidades rurales. In: J. Buades, E. Cañada, & J. Gascón. (orgs.), *El turismo en el inicio del milenio: Una lectura crítica a tres voces* (pp. 119-123). Madrid: Foro de Turismo Responsable.
- Cândido, F., Vanzella, E., & Brambilla, A. (2016). Impactos do turismo: um estudo na aldeia indígena São Francisco- Baía da Traição-PB. *Mangaio Acadêmico*, 1(2), 1-7. [Link](#)
- Cardozo, I., Vale Jr., I., & Ribeiro, T. (2019). *Diagnóstico etnoambiental participativo, etnozoneamento e plano de gestão em terras indígenas: Terra Indígena Guaporé*. Brasília: ECAM. [Link](#)
- Carr, A., Ruhanen, L., & Whitford, M. (2016). Indigenous peoples and tourism: the challenges and opportunities for sustainable tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 24(8-9), 1067-1079. [Link](#)
- Castor, D. (2012). *Xinã Bena, dinâmicas de um novo tempo: desenvolvimento e cultura entre os Kaxinawa do rio Jordão*. Dissertação, Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. [Link](#)

Corbari, S. D., & Martins, M. R. (2023). Levantamento e mapeamento de iniciativas de turismo em territórios indígenas no Brasil. *Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 15(3), 650-674. <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v15i3p650>

- Castravechi, L., & Pereira, W. (2018). Turismo Indígena em Campo Novo dos Parecis, Mato Grosso: uma análise da preservação cultural e histórica dos Paresí. *Ateliê do Turismo*, 2(1), 119-146. [Link](#)
- Cavalcante, J. (2013). Turismo na fronteira: desenvolvimento local nas terras indígenas. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais, História e Relações Internacionais*, 3(1). [Link](#)
- Chagas, M., Marques Jr., S., & Silva, V. (2019). Clasificación de los residentes según el apoyo al desarrollo turístico en comunidades indígenas una tipología empírica basada en el cluster analysis. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 28(1), 80-100. [Link](#)
- Chaves, R. (2012). O Turismo Étnico em comunidades indígenas no Brasil: a Reserva Pataxó da Jaqueira e o Parque Indígena do Xingu. In: R. H. Asensio, & B. Pérez-Galán. (Ed.), *El turismo es cosa de pobres? Patrimonio cultural, pueblos indígenas y nuevas formas de turismo em América Latina* (pp. 115-130). El Sauzal: Pasos. [Link](#)
- Chaves, R. (2015). A regulamentação do turismo em Terras Indígenas no Brasil: a Reserva Pataxó da Jaqueira e o Parque Indígena do Xingu. *Agália*, 183-202. [Link](#)
- CIMI. (2005). *Listagem Geral das Terras Indígenas no Brasil: situação jurídico-administrativa atual*. Brasília: CIMI. [Link](#)
- Corbari, S. D. (2015). *O turismo envolvendo comunidades indígenas em teses e dissertações: retrato das relações e dos impactos socioculturais*. Dissertação, Mestrado em Turismo, Universidade Federal do Paraná, Brasil. [Link](#)
- Corbari, S. D., Bahl, M., & Souza, S. R. (2016). A Semana Cultura Indígena da comunidade de Tekohá Ocoy, São Miguel do Iguazu, Paraná (Brasil) como meio de divulgação e valorização sociocultural. *Turismo & Sociedade*, 9(1), 1-25. [Link](#)
- Corbari, S. D., & Storniolo, R. (2022). 1º Seminário Nacional Povos Indígenas: etnodesenvolvimento e sustentabilidade - Painel Turismo em Terras Indígenas. *Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade*, 14(1), 266-271. [Link](#)
- Decreto nº 5.051, de 05 de abril de 2004. (2004). *Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais*. Diário Oficial da União. [Link](#)
- Decreto 7.747, de 5 de junho de 2012. (2012). *Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências*. Diário Oficial da União. [Link](#)
- Deus, J., & Silva, L. (2015). Reinvenção da identidade cultural, protagonismo etnopolítico e interações com o Turismo dos índios Pataxó(s) de Carmésia (Estado de Minas Gerais, Brasil). *Agália*, 203-223. [Link](#)
- Dias, L., & Cruz, J. (2020). Territórios (Re)significados de comunidades indígenas em Unidades de Conservação do Baixo Rio Negro-AM e a adoção do turismo como alternativa de renda. *Turismo em Análise*, 31(2), 227-243. [Link](#)

Corbari, S. D., & Martins, M. R. (2023). Levantamento e mapeamento de iniciativas de turismo em territórios indígenas no Brasil. *Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 15(3), 650-674. <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v15i3p650>

- Faria, I. F. (2007). *Ecoturismo indígena*. Território, sustentabilidade, multiculturalismo: princípios para a autonomia. Tese, Doutorado e Geografia Física, Universidade de São Paulo, Brasil. [Link](#)
- Felix, J., Farias, M., Chagas, M., & Marques Jr., S. (2020). Turismo de base local e cultura: Uma análise da relação entre o apoio ao turismo e seus antecedentes em Comunidades Indígenas e Quilombolas no Rio Grande do Norte (Brasil). *Turismo Estudos e Práticas*, 9, 1-25. [Link](#)
- Fortunato, R. Os significados do Turismo Comunitário Indígena sob a perspectiva do desenvolvimento local: o caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (AM): *Cultur*, 5(2), 85-100. [Link](#)
- Funai. (2015). *Instrução Normativa 03/2015, de 11 de junho de 2015*. Estabelece normas e diretrizes relativas às atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas. Funai. [Link](#)
- Funai. (2019). *Funai e Confederação Brasileira de Pesca Esportiva firmam acordo para fomento da atividade em terras indígenas*. [Link](#)
- Funai. (2020). *Na prevenção ao coronavírus, Funai suspende autorizações de entrada em terras indígenas*. [Link](#)
- Funai s. d. *Povos Indígenas: quem são*. [Link](#)
- Gasparinetti, A., & Ozório, R. (2019). *Fortalecendo o turismo em Terras Indígenas: análise de oferta e demanda do turismo na bacia do Rio Juruena, Mato Grosso*. Documento de trabalho. *Conservação estratégica*, CSF-Brasil e OPAN. [Link](#)
- Gasperazzo, M. (2017). *Aldeia temática: projetos e experiências de etnoturismo entre os Guarani*. Dissertação, Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil. [Link](#)
- Gomes, A., Santos, A., & Marques, J. (2021). Turismo Comunitário, impactos e estratégias de resistência entre os Jenipapo-Kanindé da Lagoa Encantada/Aquiraz e os Tremembé de Almofala/Itarema (Ceará). *Pari-C*, 1(5), n. p. [Link](#)
- González, M. (2008). ¿Etnoturismo o turismo indígena? *Teoría y Praxis*, 5, 123-136. [Link](#)
- Goulart, L. (2020). “Aquela serra é o xapono deles”: sobre encontros, ontologias e equivocidades no Projeto Yaripo. *Anuário Antropológico*, 45(3), 85-105. [Link](#)
- Graburn, N. (2009). Antropologia ou antropologias do turismo? In: N. Graburn, M. Barretto, C. Steil, R. Grunewald, & R. Santos. (orgs.), *Turismo e Antropologia: novas abordagens*. Campinas, SP: Papius.
- Grünewald, R. (1999). *Os ‘índios do descobrimento’: tradição e turismo*. Rio de Janeiro: UFRJ/MN.

Corbari, S. D., & Martins, M. R. (2023). Levantamento e mapeamento de iniciativas de turismo em territórios indígenas no Brasil. *Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 15(3), 650-674. <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v15i3p650>

- Grünnewald, R. (2001). Turismo e o “resgate” da cultura Pataxó. In: A. Banducci Jr, & M. Barretto (orgs.). *Turismo e Identidade Local: uma visão antropológica* (pp. 127-148). Campinas, SP: Papyrus.
- Grünnewald, R. (2003). Turismo e etnicidade. *Horizontes Antropológicos*, 9(20), 141-159. [Link](#)
- Grünnewald, R. (2015). Turismo Pataxó: da renovação identitária à profissionalização das reservas. *Agália*, 43-58. [Link](#)
- Instituto Brasileiro de Economia e Estatística - IBGE. *Censo Indígena 2010*. [Link](#)
- Jesus, D., & Wenceslau, M. (2011). Territórios indígenas como cenário para a produção turística em Mato Grosso do Sul, Brasil: O caso do povo Kadiwéu. *Tourism & Management Studies*, 1, 619-628. [Link](#)
- Held, A. (2013). *Turismo em Terras Indígenas: atravessando o portal com respeito*. Dissertação, Mestrado Profissional de Turismo, Universidade de Brasília, Brasil. [Link](#)
- Honorato, B., & Saraiva, L. (2019). Turismo étnico y dinámica cultural en la Tierra Indígena de Rio Gregório Acre, Brasil. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 28(2), 465-485. [Link](#)
- Hutchison, B., Movono, A., & Scheyvens, R. (2021). Resetting tourism post-Covid-19: why Indigenous Peoples must be central to the conversation. *Tourism Recreation Research*, 46(2), 261–275. [Link](#)
- Lac, F. (2005). *O Turismo e os Kaingang na Terra Indígena de Iraí/RS*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Paraná, Brasil. [Link](#)
- Lac, F. (2007) El resgate cultural y turismo: los Kaingang de Iraí (Brasil) como tourees. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 16, 26-44. [Link](#)
- Langdon, E., & Wiik, F. B. (2008). Festa de Inauguração do Centro de Turismo e Lazer: uma análise da performance identitária dos Laktlãñõ (Xokleng) de Santa Catarina. *Ilha*, 10(1), 172-198. [Link](#)
- Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. *Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências*. Diário Oficial da União. [Link](#)
- Lei n. 12.593, de 18 de janeiro de 2012. *Instituiu o Plano Plurianual (PPA) para o período de 2012 a 2015*. Diário Oficial da União. [Link](#)
- Lima, D., & Coriolano, L. (2015). Turismo comunitário em terras indígenas no estado do Acre: a experiência do festival de cultura indígena Yawanawá. *ABET*, 5(3), 17-25. [Link](#)
- Lima, S. (2015). O turismo no Araguaia e os Karajá de Aruaná-GO. *Agália*, 161-181. [Link](#)
- Lustosa, I. (2011). Projetos de turismo em Terras Indígenas: Tremembé de Itapipoca e Jenipapo-Kanindé de Aquiraz-Ceará. *Mercator*, 9(20), 149-162. [Link](#)
- Lustosa, I., & Almeida, M. (2011). Turismo em terras indígenas: auto-gestão e novo colonialismo no nordeste do Brasil. *Revista Geográfica de América Central*, 1-15. [Link](#)

- Maldonado, C. (2005). *Pautas metodológicas para el análisis de experiencias de turismo comunitario*. SEED. [Link](#)
- Marcon, E. (2007). O turismo como agente de desenvolvimento social e a comunidade Guarani nas “Ruínas Jesuíticas de São Miguel das Missões”. *Pasos*, 5(3), 343-352. [Link](#)
- Marquez, L., & Falcão, M. (2021). Uma caracterização físico-natural e problemas ambientais derivados do turismo na trilha do Kuatá, comunidade Nova Esperança, Terra Indígena São Marcos, Pacaraima-Roraima. *Revista Eletrônica Casa De Makunaima*, 3(1), 31-44. [Link](#)
- Mateus, C., & Rabinovici, A. (2016). O turismo étnico como ferramenta para o etnodesenvolvimento da aldeia Tabaçu Reko Ypy, Itanhaém-Peruíbe (SP). *RBEcotur*, 9(3), 517-543. [Link](#)
- Mendonça, T., Santos, R., Lopes, P., Andrade, S., & Moraes, A. (2017). Turismo de base comunitária na Costa Verde (RJ): caiçaras, quilombolas e indígenas. *RBEcotur*, 10(2), 328-356. [Link](#)
- Mendonça, T., Santos, R., Souza, N., Fonseca, C., & Andrade, S. (2021). Sapukai - o nhandereko mbya se transforma em turismo de resistência indígena no estado do Rio de Janeiro, Brasil. *Ritur*, 11, 234-260. [Link](#)
- Mesquita Filho, O., & Oliveira, C. (2009). Comunicação popular dos Índios Pataxós do Extremo Sul da Bahia através da condução de visitantes no Parque Nacional do Monte Pascoal. *Anais... Seminário da ANPTUR 6*, São Paulo. [Link](#)
- Morais, W. (2021). No coração da floresta, a sagrada aldeia do Povo Yawanawá, Agência de Notícias do Acre. [Link](#)
- Neves, S. (2011). Produção, circulação e significados do artesanato Pataxó no contexto turístico da aldeia de Coroa Vermelha, Santa Cruz Cabralia-BA. *Pasos*, 9(3), 45-58. [Link](#)
- Neves, S. (2016). O problema da mudança cultural e o papel do Turismo ou o que podem ensinar os índios sobre economia. *Turismo & Sociedade*, 9(1), 1-13. [Link](#)
- Neves, S. (2017). La producción doméstica, la comercialización y los sentidos de la artesanía Pataxó: Los suvenires de Coroa Vermelha - Santa Cruz Cabralia (Brasil). *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 26(2), 231-247. [Link](#)
- Neves, S. (2021). Reflexões sobre o turismo de base comunitária e os povos indígenas à luz do Caso Pataxó (Bahia, Brasil). *Revista Turismo em Análise*, 32(2), 413-430. [Link](#)
- Neves, S., Leme, F., & Santos, R. (2019). Tradição, aculturação e autenticidade nos relatos de turistas sobre povos indígenas em meio virtual. *Pasos*, 15, 963-974. [Link](#)
- Nogueira, E., & Falcão, M. (2011). Serra do sol: o turismo de base local como fonte de desenvolvimento das comunidades. *Revista Geográfica de América Central*, 2, 1-13. [Link](#)

Corbari, S. D., & Martins, M. R. (2023). Levantamento e mapeamento de iniciativas de turismo em territórios indígenas no Brasil. *Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 15(3), 650-674. <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v15i3p650>

- Nogueira, E., Costa-Neto, C., & Silva, G. (2013). Qualificação profissional como suporte para implantação do etnoturismo na comunidade indígena Ingarikó (RR). *RBEcotur*, 6(2), 424-441. [Link](#)
- Novo, B., Cruz, J., & Costa Filho, F. (2010). Turismo, Representação da Cultura e Gestão Participativa na Comunidade Indígena Beija-Flor I no Município de Rio Preto da Eva – Amazonas. *Anais...Seminário ANPTUR 7*, São Paulo. [Link](#)
- Oliveira, A., & Jesus, D. (2010). Territórios étnicos: narrativas de um processo participativo para o desenvolvimento da atividade turística. *Cultur*, 4(1), 59-75. [Link](#)
- Oliveira, C. (2011). Ecoturismo étnico no Parque Nacional do Monte Pascoal: formas de comunicação entre condutores indígenas e visitantes da Unidade de Conservação. *RBEcotur*, 5(1), 53-66. [Link](#)
- Oliveira, C. (2021). A trajetória da normatização do turismo em terras indígenas: práticas do Estado e dos povos indígenas. *Turismo & Sociedade*, 14(3), 1-19.
- Oliveira, D., Adomilli, G., & Tempass, M. (2019). Notas sobre turismo indígena e educação ambiental a partir de uma experiência etnográfica em andamento junto aos Mbya-Guarani em Domingos Petrolina–RS. *Revista Mestr. Educ. Ambient*, 2, 273-286. [Link](#)
- Oliveira, V. M (2007). *Turismo, território e modernidade: um estudo da população indígena Krahô, estado do Tocantins (Amazônia Legal brasileira)*. Tese, Doutorado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, Brasil. [Link](#)
- Ostrom, E. (2005). *Understanding Institutional Diversity*. Princeton: Princeton University Press.
- Peixoto, S., & Albuquerque, C. (2007). Turismo étnico indígena: Meio de sustentabilidade para os índios urbanos da cidade de Manaus. *Aboré*, 3, n. p.
- Pereiro, X. (2015). Texto de abertura: pelos trilhos do(s) turismo(s) indígena(s). *Agália*, 9-34. [Link](#)
- Pereiro, X. (2015). Reflexión antropológica sobre el turismo indígena. *Desacatos. Revista de Ciencias Sociales*, 47, 18-35. [Link](#)
- Porto, N., & Proença, A. (2019). Análise socioeconômica do turismo comunitário na Comunidade Indígena Nova Esperança, RDS Puranga Conquista (AM). *RBEcotur*, 12(4), 506-530. [Link](#)
- Ramos, A., & Ferko, G. (2018). Turismo em terras indígenas: legislação e direitos humanos. *Ritur*, 8(2), 127-142. [Link](#)
- Ramos, K. (2008). *A construção do espaço turístico: trocas simbólicas entre turistas e comunidade Tupinambá em Olivença (Ilhéus - BA)*. Dissertação, Mestrado em Cultura e Turismo, Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil. [Link](#)
- Rocha Jr., O. (1990). *A arte de ser índio: os Pataxó e os turistas na Coroa Vermelha*. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Brasil.

Corbari, S. D., & Martins, M. R. (2023). Levantamento e mapeamento de iniciativas de turismo em territórios indígenas no Brasil. *Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 15(3), 650-674. <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v15i3p650>

- Rosa, P., Rosa, L., & Nassar, P. (2020). Turismo Indígena, protagonismo e desenvolvimento local: experiência na terra indígena Jaquiri, Médio Solimões, AM. *Turismo em Análise*, 31(2), 381-399. [Link](#)
- Santos, D., Carvalho, J., & Anjos, F. (2021). Turismo Étnico Indígena no Amazonas: mitos e territórios que contam histórias. *Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade*, 13(3), 901-927. [Link](#)
- Santos, D., Carvalho, J., & Tricárico, L. (2020). Patrimônio imaterial e o turismo étnico em comunidade indígena, em Iranduba, Amazonas. *Turismo & Sociedade*, 12(3), 16-35.
- Santos, J. (2019). *Desenvolvimento Turístico em Território Indígena no Município de Pesqueira, PE*. Relatório Científico. ENAP. [Link](#)
- Santos, L. (2015). *Etnografia sateré-mawé: Sahu-Apé, cultura e turismo*. Valer Cultural.
- Savoldi, A. (2014). Cultura Material - Olhares sobre a terra indígena Xaçecó: municípios de Ipuaçu e Entre Rios/SC. *Cadernos do CEOM*, 19(2), 53-81. [Link](#)
- Schneider, A., & Alvarenga, F. (2015). Desenvolvimento participativo de produtos turísticos em terras indígenas na Amazônia brasileira. *RBEcotur*, 8(1), 159-175. DOI: [Link](#)
- Silva, L., Lima, S., & Nazareno, E. (2019). O Povo Karajá de Aruanã-Go, Brasil: turismo, território e vida indígena. *Tempos Históricos*, 23(1), 216-240. [Link](#)
- Silva, V. (2015). *O turismo de base comunitária como vetor de etnodesenvolvimento: a comunidade Mebêngôkre-Kayapó na Terra Indígena Las Casas - PA*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. [Link](#)
- Sousa, J., & Amorim, A. (2022). Sustentabilidade cultural numa comunidade indígena: análise à luz dos processos de conversão do conhecimento. *ReAT*, 16(1), 1-24.
- Souza, A. (2013). A resignificação das tradições indígenas da comunidade Sateré-Gavião, no contexto do turismo na cidade de Manaus (Amazonas, Brasil). *Turismo & Sociedade*, 6(4), 741-765.
- Teñondé-Porã. (2018). *Plano de Visitação da Terra Indígena Tenondé Porã*. Tenondé-Porã. [Link](#)
- Vieira, S., & Faxina, F. (2011). Percepção da comunidade indígena acerca do turismo praticado na Reserva Pataxó Aldeia Velha, Porto Seguro (BA). *RBEcotur*, 4(4), 578. [Link](#)
- Wang, Y. (2007). Customized authenticity begins at home. *Annals of Tourism Research*, 34(3), 789-804. [Link](#)
- Wohlin, C. (2014). Guidelines for snowballing in systematic literature studies and a replication in software engineering. *Annals... International Conference on Evaluation and Assessment in Software Engineering*, 38.
- Zanusso, F. (2021). *Aldeia Aguapeú promove turismo de base comunitária na Baixada Santista*. [Link](#)



Corbari, S. D., & Martins, M. R. (2023). Levantamento e mapeamento de iniciativas de turismo em territórios indígenas no Brasil. *Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 15(3), 650-674. <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v15i3p650>

Zhou, Q., Zhang, J., Zhang, H., & Ma, J. (2015). A structural model of host authenticity. *Annals of Tourism Research*, 55, 28-45. [Link](#)

Zhu, Y. (2012). Performing heritage: rethinking authenticity in tourism. *Annals of Tourism Research*, 39(3), 1495-1513. [Link](#)

---

#### NOTAS

<sup>i</sup> As RDI são áreas naturais de domínio público, que abrigam populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de uso dos bens naturais. Nesse tipo de Unidade de Conservação, a visitação pública é permitida e incentivada, mediante existência de Plano de Manejo (Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000).

<sup>ii</sup> Nomenclatura adotada quando da criação da área, em 1961. Trata-se de uma Terra Indígena de Ocupação Tradicional.

<sup>iii</sup> Held (2013) não menciona quais etnias estariam envolvidas no turismo de pesca na TI Rio Guaporé, portanto no quadro são listadas todas as etnias da TI, mesmo as que contam com poucos membros.

<sup>iv</sup> A aldeia Santo Antônio (TI Pitaguary), por exemplo, recebe visitantes com fins religiosos, interessados em uma igreja existente no local (Igreja do Santo Antônio).

#### PROCESSO EDITORIAL

Recebido: 18 jul. 2022

Aceito: 24 mai. 2023